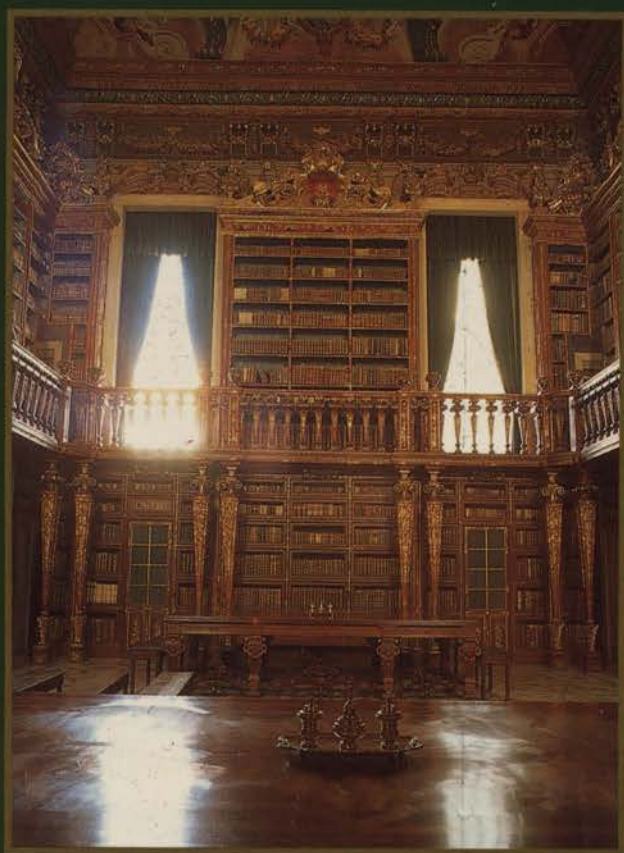


REVISTA DE HISTÓRIA DAS IDEIAS 12

UNIVERSIDADE



INSTITUTO DE HISTÓRIA E TEORIA DAS IDEIAS
FACULDADE DE LETRAS

COIMBRA 1990

-de-Faria publique o livro numa editora conceituada e realize conferências amplamente publicitadas e implicitamente apoiadas pelos seus pares? Deste ponto de vista, o livro pode ter interesse enquanto objecto de análise.

Logo na introdução, o autor avisa que «alguns dos meus colegas podem achar este livro demasiadamente provocador» e diz ainda que «o Darwinismo é algo que aprendemos em muito novos e tem sido martelado nas nossas mentes como sendo um truísmo. Os psicólogos sabem bem como é difícil apagar, ou mesmo apenas substituir, ideias adquiridas tão cedo» (p. xxi). Assim, ao criticar o presente livro, coloca-me na situação potencial de conservador. Antes e depois da sua leitura, continuo a achar que o neo-Darwinismo é uma boa teoria. Não sou um «adepto» do neo-Darwinismo, porque aqui não se trata de uma questão de fé, mas considero que o neo-Darwinismo constitui um conjunto *articulado* de factos e ideias que, até ao presente momento, ofereça a melhor explicação da evolução e diversidade da vida.

No entanto, a crítica que faço ao presente livro não é restrita a esta questão. *É enquanto biólogo, em particular, e cientista no geral*, que considero que as leis nele apresentadas constituem um absurdo.

Ao longo do seu livro o autor não põe só em causa a teoria da selecção natural. Entre outras coisas, faz uma releitura do princípio de incerteza de Heisenberg (p. 299), considera a mineralogia uma ciência atrasada (p. 75), diz em vários sítios que o acaso na física e na biologia é um sinónimo de ignorância (p. 32 e outras) pretende destruir a validade da nova lei da termodinâmica (p. 302). No fim do livro, descreve um capítulo intitulado «Não é a biologia que deve ser mudada, mas sim a física».

Em suma, Lima-de-Faria põe em causa todo o edifício científico. Em troca, nada nos propõe senão a noção de que o universo observável possui características constantes, desde os minerais aos seres vivos, sendo isso um facto que deve ter um significado *que, segundo o autor, não é considerado pela ciência actual*. Afirmar isto representa regressar ao obscurantismo e misticismo que antecederam a construção racional de todo o universo científico.

António Gomes da Costa

William J. Callaham, *Iglesia, poder y sociedad em España, 1750-1874*, Madrid, Editorial Nerea, 1989, 314 p.

A obra do historiador canadiano William J. Callaham, editada em língua inglesa no ano de 1984 e recentemente publicada em Espanha, parece-nos essencial para a compreensão da realidade político-

-eclesiástica deste país no período de transição do Antigo Regime para o liberalismo. Este trabalho é, sem dúvida, tributário do avanço dos conhecimentos realizados pelos historiadores eclesiásticos, mas não deixa de revelar a importância dos contributos científicos da nova geração de investigadores sociais e económicos. A nosso ver, estamos perante um livro bem documentado, cientificamente rigoroso e distanciado dos subjectivismos apaixonados e das polémicas desencadeadas no passado acerca desta problemática. A abordagem incide sobre o poder político e as suas relações com a Igreja, não se cingindo, todavia, a uma explicação jurisdicista e, portanto, reducionista das instituições. Daí a presença, constante, da dimensão sociológica que dá suporte ao sistema de Estado.

À semelhança das tendências da historiografia mais actual, a análise situa-se, cronologicamente, numa perspectiva de *longa duração*. Se é certo que o seu objecto ultrapassa os limites estritos do fenómeno político e que o historiador «invade» o domínio da «sociedade civil», não é menos verdade que a obra se enquadra na área da história política. Sabe-se que os historiadores já superaram a fase de desinteresse pelo estudo da evolução do poder de Estado e da vida política, facto que durante algumas décadas caracterizou o labor intelectual destes cientistas sociais. No entanto, a reacção da escola dos *Annales* — Marc Bloch e Lucien Febvre, especialmente — contra a historiografia positivista de Langlois-Seignobos, que privilegiava o conhecimento dos eventos políticos, afigura-se-nos compreensível se tivermos em atenção a viragem científica levada a efeito por esses historiadores nos aspectos metodológicos e objectais.

O anúncio da «morte» da história política que esta corrente historiográfica trouxera consigo era, afinal, prematuro. Como sustentava Raymond Aron, «jamais houve qualquer razão, lógica ou epistemológica, para se afirmar que o conhecimento histórico dos fenómenos económicos e sociais apresenta em si mesmo um carácter mais científico que o dos regimes políticos, das guerras ou das revoluções» (1). Se, posteriormente, historiadores e filósofos vierem chamar a atenção para a autonomia do poder de Estado e contribuir para a renovação do conhecimento deste plano da realidade, a influência positiva de outras disciplinas — ciência política, sociologia, economia, demografia, linguística e psicanálise — contribuiu, também, para superar a natureza meramente narrativa e factual deste ramo de conhecimento. Por outro lado, esta mutação metodológica encontra-se associada às novas perspectivas criadas em matéria de *duração* como no-lo afirma Jacques Jul-

(1) Raymond Aron, cit. por Jacques Julliard, «A Política», in *Fazer História*, vol. 2, Lisboa, Livraria Bertrand, 1981, p. 265.

liard: «o historiador político até aqui era um corredor de cem metros. De ora em diante, terá de se treinar para os mil e quinhentos, senão para os cinco mil metros» (2). Quanto a nós, somos, igualmente, favoráveis a uma *leitura* do fenómeno do poder no *tempo longo*, pois acreditamos que só uma visão diacronicamente alargada das instituições nos permite captar as grandes linhas de mutação e eventual descontinuidade das estruturas políticas no processo histórico.

Dividido em oito capítulos, o livro de Callahan facultava-nos o acesso ao conhecimento de diferentes níveis da mesma realidade, em cada fase. Mas, ao reconhecermos a sua importância no panorama da historiografia publicada sobre a Espanha (séculos XVIII e XIX), não significa uma completa adesão aos pressupostos gnosiológicos nele implícitos. Nesta óptica, julgamos que o historiador recorre a um modelo de conhecimento empírico, acabando por valorizar, excessivamente, a sucessão dos factos políticos e religiosos.

Creemos que esta forma de *fazer história* se insere na linha da tradição epistemológica anglo-saxónica e de alguns historiadores do Continente que assumiram uma posição similar. Tal atitude radica, a nosso ver, nas ideias «falsas» da completa «neutralidade» do conhecimento histórico e da plena «objectividade» científica. Apesar disso, muitas das páginas deste trabalho bem estruturado e bem escrito, são percorridas por uma interpretação lúcida e rigorosa. Não somos adeptos de uma historiografia demasiadamente abstraccionista, cujo discurso se afaste, excessivamente, da realidade que pretende dar a conhecer, mas também não partilhamos das concepções historiográficas que subvalorizam a teorização e o recurso a um aparelho conceptual. Na verdade, pensamos que o domínio dos conceitos e a sua utilização esclarecida são factores decisivos para a ultrapassagem da história-narrativa e para a sua substituição pela história-problema. Julgamos que a autonomia desta ciência exige o recurso a uma linguagem específica, através da qual se delimite um campo epistemológico, pois só assim se torna possível alcançar a cientificidade do discurso e romper com as abordagens historiográficas que não conseguem superar o nível do senso comum na tentativa de explicação do objecto-real. Qualquer operação intelectual que se inspire na teorização terá sempre a vantagem de poder esclarecer e inteligir melhor a massa de dados fornecida pelas séries de documentos existentes no arquivo. Apesar disso, pensamos — com outros cientistas — que «a história oscilará provavelmente sempre entre a arte da narrativa, a inteligência do conceito e o rigor das provas» (3).

(2) Jacques Julliard, *Ibidem*, p. 271.

(3) François Furet, *A Oficina da História*, Lisboa, Gradiva, s.d., p. 98.

Lendo o livro de Callaham — excelente, apesar da nossa observação crítica —, ficamos a conhecer a longa tradição regalista que, em Espanha, pautou o relacionamento entre o poder civil e a instituição eclesiástica. O autor demonstra que desde a Igreja real de Carlos III (século XVIII), à restauração borbónica (1874) se assistiu, quase sempre, à instrumentalização da esfera sagrada pelo Estado. O *modelo espanhol*, que a obra nos revela, manifesta semelhanças óbvias com o caso português, como tem sido sublinhado por alguns historiadores dos dois países. No que se refere aos aspectos mais específicos das estruturas do poder político, detectam-se, também, grandes similitudes entre a realidade das duas nações ibéricas. Em Portugal, tal como em Espanha, o Estado liberal pretendeu controlar a Igreja Católica, domesticando-a — com maior ou menor êxito — e colocando-a ao seu serviço. É que a consolidação do Estado-Nação e a estruturação administrativa do sistema político exigiam a integração da instituição eclesiástica no regime. Para além disso, a reprodução do sistema de representações sociais necessário à ordem burguesa pressupunha a existência de um conjunto de mecanismos geradores da ideologia adequada ao modelo de sociedade capitalista.

Segundo a análise de William Callaham, a Igreja, em Espanha, atravessou uma fase de florescimento e prosperidade material na época das luzes. Nessa altura, os monarcas exerceram um domínio sobre a esfera eclesiástica, afastando, simultaneamente, a instituição espanhola de Roma. No século passado, a sua importância foi diminuindo, embora continuasse a desempenhar uma função essencial nos planos ideológico e administrativo. Nos inícios da década de 30, assistiu-se à destruição da Igreja de Antigo Regime e, nessa sequência, deram-se os primeiros passos no sentido da criação de uma instituição eclesiástica liberal. Numa conjuntura caracterizada pela conflitualidade política e religiosa, deu-se uma ruptura nas relações diplomáticas com a Santa Sé. A interrupção desse relacionamento só seria definitivamente resolvida com a Concordata de 1851. Por outro lado, o processo de implantação do liberalismo esteve na origem da divisão dos católicos à semelhança do que aconteceu no nosso país. Os carlistas como os nossos legitimistas — pugnaram, ao longo de todo o século XIX, pelo regresso à velha aliança entre o trono e o altar configurada no absolutismo. Tal objectivo jamais se realizou, mas, segundo a análise deste historiador, a Igreja espanhola continuou a procurar, nos últimos decénios do século XIX, um outro Fernando VII que a conduzisse a uma nova terra prometida. Callaham afirma, porém, que a impossibilidade de concretização histórica desse messianismo não impediu a instituição de encontrar, mais tarde, o «Desejado» na figura de Francisco Franco (1936).

O historiador demonstra-nos, ainda, que os católicos liberais apoiavam o sistema político estabelecido após a guerra civil desencadeada na década de 30 e que essa opção os opunha aos carlistas. Nessa fase, a Igreja fez um esforço de adaptação à realidade liberal, mas não conseguiu alcançar plena integração no regime. Por isso, acabou por assumir um posicionamento conservador que não evitou a evolução da sociedade na linha de uma lógica capitalista. Ao nível das mentalidades, o processo de desenvolvimento deste sistema económico, correlacionava-se com o avanço da secularização. Por outro lado, a confrontação política e ideológica entre liberais, e entre estes e a facção carlista não colidia com a confessionalidade do Estado consagrada em todos os textos constitucionais. Na verdade, a célebre fórmula de Montalembert (reassumida em Itália por Cavour) «uma igreja livre num estado livre» só encontraria adeptos, entre os republicanos, na década de 60. Esta reivindicação, a aplicar-se, significava a separação efectiva entre as esferas civil e eclesiástica, mas, segundo o estudo de Callaham, os líderes republicanos — Francisco Pi y Margal e Emilio Castelar — foram os principais artífices da campanha desencadeada em prol da separação do Estado e da Igreja. No contexto da primeira experiência republicana, chegou a ser apresentado um projecto de Constituição (1873) que previa a laicização do Estado. Se tal proposta tivesse sido aceite, o poder político renunciaria ao patronato eclesiástico e aos restantes privilégios regalistas usados pelos governos espanhóis durante séculos. Na altura, a opinião clerical opôs-se a essa hipótese, embora não deixasse de questionar a utilidade da relação tradicional da Igreja com o poder político. O abandono desse projecto manteve o compromisso entre o poder eclesiástico e o Estado que, em conjunto, corporizavam o sistema político.

Convém ainda referir que a parte final da obra contém um «capítulo» que inclui uma bibliografia comentada sobre a Igreja de Antigo Regime e o conflito da instituição com o liberalismo (1808-1833 e 1834-1874). Através da sua leitura pode constatar-se a existência de variadíssimos estudos produzidos pelos historiadores espanhóis sobre temas afins à problemática deste livro. Ao apontar as lacunas da historiografia do país vizinho sobre o século passado, W. J. Callaham abre, ainda, perspectivas de investigação aos historiadores interessados no alargamento do conhecimento sobre outras problemáticas da época contemporânea.

Para finalizar, queremos sublinhar que o «retorno» da história política verificado, especialmente, a partir da última década nos vem demonstrar que é possível romper com as concepções historiográficas limitadas à mera narração dos acontecimentos e recorrer a *modelos* de conhecimento que transgridam as análises positivistas da história política. À semelhança do labor de Callaham para explicar o caso es-

panhol, ou na senda do que René Rémond tem feito em França (4) e Guido Verucci em Itália — para citar apenas alguns exemplos —, cremos que, entre nós, se pode caminhar, igualmente, no sentido do desenvolvimento de uma história político-eclesiástica sobre o período liberal. Porém, para atingir essa finalidade, o historiador deve abrir, obviamente, os seus horizontes à interdisciplinaridade colhendo a influência benéfica das conquistas epistemológicas de outras ciências sociais e, designadamente, da Ciência Política.

Vítor Neto

Joaquim Ferreira Gomes, *A Universidade de Coimbra durante a Primeira República (1910-1926)*, Lisboa, Instituto de Inovação Educativa, 1990, 492 pp.

Neste ano do 7.º centenário têm aparecido algumas obras e artigos sobre História da Universidade. Não analisarei aquelas que foram publicadas por membros da redacção desta Revista, ou de que foram coordenadores, porque é sua norma não publicar recensões sobre os estudos a que se encontram ligados. No entanto, não deixarei de salientar a importância das actas do congresso de «História da Universidade», em 5 volumes, intitulados *Universidade(s). História, memória, perspectivas*, que contêm 133 artigos. Também não devo omitir, apesar do que ficou dito, o trabalho de edição de documentos ou de reedição de obras clássicas (como a de António de Vasconcelos), promovido pelo Arquivo da Universidade e pelo seu director, Prof. Manuel Augusto Rodrigues, nem devo esquecer a «edição de luxo» da sua autoria, *A Universidade de Coimbra e os seus reitores* (Coimbra, Arquivo da Universidade, 1990), que vem actualizar e completar uma obra idêntica surgida em 1950, de Francisco Morais, *Reitores da Universidade de Coimbra. Notas biográficas e retratos*.

Por outro lado, também devo aqui salientar o significado da publicação recente de uma obra, cuja edição esteve a cargo do Prof. Aníbal Pinto de Castro e que foi integrada nos *Acta Universitatis Conimbricensis*, agora com o subtítulo *Septingentesimo Natali Edita*. Trata-se do livro *D. Lopo de Almeida e a Universidade*, da autoria do Prof. Mário Brandão, felizmente ainda vivo com cerca de 90 anos e que foi um dos autores de uma das raras histórias da Universidade, conjuntamente com o Prof. Manuel Lopes de Almeida — *A Universidade de Coimbra. Esboço da sua história*, publicada em 1937, ano do 4.º centenário da transferência da Universidade para Coimbra.

(4) Veja-se, por exemplo, René Rémond (direcção), *Pour une Histoire Politique*, Paris, Éditions du Seuil, 1988.